

SIGNO, SENTIDO E REFERÊNCIA

*Benilde Cecconello Parizotto*¹

Resumo: A questão do sentido e da referência constitui problema recorrente nos estudos semânticos contemporâneos. O presente trabalho propõe-se a refletir sobre essas noções a partir das concepções de signo propostas por Saussure e Peirce, na tentativa de compreender a relação existente entre a linguagem e a exterioridade, buscando identificar elementos que apontam para o estudo do sentido em uma perspectiva enunciativa.

Palavras-chave: *Signo. Significação. Sentido. Referência.*

Abstract: The subject related to meaning and reference is always present in contemporary semantic studies. This article aims at reflecting on these concepts starting from the idea of sign proposed by Saussure and Peirce, trying to understand the relation between language and outside, as well as identifying elements that direct the study of the meaning into an enunciative perspective.

Key-words: *Sign. Signification. Meaning. Reference.*

O estudo do sentido, da significação sempre constituiu uma das preocupações por parte de estudiosos da linguagem humana. Abordagens diversas têm sido desenvolvidas no interior da Filosofia e da Lingüística ao longo dos séculos. Mais recentemente, o tema tem sido foco recorrente de atenção por parte de diferentes áreas do conhecimento que se ocupam da linguagem, entre elas, a semântica lingüística, a semântica enunciativa, a Pragmática, a Análise do Discurso e a Semiótica. Cada área tem seu(s) objeto(s) de estudo, diferindo, portanto, as noções de sentido e significação que resultam das diferentes perspectivas em que o tema é abordado.

¹ Professora no Centro universitário UNIVATES.

O que nos interessa particularmente, neste estudo, consiste em trazer algumas reflexões sobre as noções de “sentido e referência” a partir das abordagens de dois grandes pensadores que contribuíram de forma decisiva para os estudos da significação na linguagem: Ferdinand de Saussure e Charles Sanders Peirce.

O estudo restringe-se ao modo como cada autor concebe a teoria do signo e quais são as noções de significação, sentido e referência dela decorrentes, tentando buscar a compreensão dos elementos que apontam para a relação da linguagem com a sua exterioridade e que servem ao estudo do sentido em uma perspectiva enunciativa. Entendemos por perspectiva enunciativa a que considera que “é na enunciação - e não em realidades abstratas pré-construídas como a língua e a proposição – que se constituem essencialmente as determinações da linguagem humana” (Relpred, apud CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, 2004, p. 194).

1. O SIGNO E O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO SENTIDO

É na antigüidade clássica que encontramos as primeiras especulações filosóficas acerca da linguagem e de sua relação com os fenômenos naturais e instituições sociais. Platão, em seu célebre diálogo “Crátilo” (429-347 a.C.) dá testemunho das discussões entre a linguagem e a realidade. Separando o real do simbólico, Platão cria o mundo das idéias, dando origem a sua teoria, denominada mais tarde por Aristóteles como sendo de origem lógica. Nas reflexões platônicas, encontramos as bases do raciocínio sobre o signo e, conseqüentemente, sobre o sentido e a significação.

O termo signo, inicialmente utilizado pelos gregos, e traduzido para o latim por *signum* (marca, sinal, entalhe), constitui no campo da linguagem um termo ambíguo. Ele se encontra relacionado a uma série de outros termos afins e dessemelhantes: sinal, ícone, símbolo. Apesar de sua ambigüidade, remete a uma noção de que se valem tanto filósofos como lingüistas, vindo comumente associado a outras como: sentido, significado, significante, significação, referência, referente, objeto, interpretante etc.

Na verdade, a noção de signo constitui, desde a Grécia antiga, uma das noções fundamentais na caracterização do processo de constituição do sentido. Embasados em Platão e Aristóteles, os estóicos sustentavam (cf. ECO, 1973, p. 28) que, em cada processo sígnico, dever-se-ia distinguir três elementos: o *semainon*, ou o signo no verdadeiro sentido das palavra, considerado como entidade física; o *semainomenon*, ou o que é dito pelo signo e o *pragma*, o objeto a que o signo se refere (entidade física ou acontecimento ou ação). Delineava-se, assim, o modelo semiótico ou comumente chamado de triângulo semiótico do signo. Em decorrência disso, enunciava-se a diferença entre sentido e referência.

Essa distinção foi retomada e reinterpretada várias vezes no decurso da história da Filosofia da Linguagem e da Lingüística. A seguir, tentaremos elucidar como acontece essa retomada nos estudos contemporâneos, mais particularmente em Saussure (1857-1913) e Peirce (1839-1914), que conceberam, de forma simultânea e independente, um estudo dos sistemas de signos e, de modo mais amplo, da significação. Com isso, buscamos uma maior compreensão do que é entendido por signo e sentido e sua relação com a referência.

2. O SIGNO: A PERSPECTIVA LINGÜÍSTICA

Ferdinand de Saussure, considerado o fundador da Lingüística como ciência autônoma e responsável pela postulação da Semiologia (Semiótica) na Europa, destaca em seu *Curso de Lingüística Geral* (1916), que “a língua é um sistema de signos que exprimem idéias”, semelhante a outros sistemas simbólicos, como: a escrita, o alfabeto dos surdos-mudos, os ritos simbólicos, as formas de polidez etc., sendo o principal desses sistemas.

A Semiologia, no entender de Saussure, faz parte da Psicologia Social e, por conseguinte, da Psicologia Geral. Tem para si a tarefa de dizer em que consistem os signos e que leis os regem. A Lingüística constitui parte dessa ciência Geral.

Com seu projeto semiótico voltado mais para as línguas naturais, o mestre de Genebra foi o primeiro a fazer um estudo exaustivo e científico do signo lingüístico, influenciando significativamente trabalhos posteriores.

Saussure define o signo lingüístico como uma entidade de duas faces: a associação do conceito com a imagem acústica, denominados, respectivamente, de significado e significante. A imagem acústica, no seu entender, “não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos” (Saussure, 1969, p. 80). Assim, para o autor, “os elementos implicados no signo são ambos psíquicos e estão unidos em nosso cérebro por um vínculo de associação”. Eles encontram-se em estreita relação: “um reclama o outro”. Isso significa que, “ao buscarmos o sentido da palavra *arbor* ou a palavra com que o latim designa *árvore*, fica claro que somente as vinculações consagradas pela língua, nos parecem conformes à realidade...” (Saussure, 1969, p. 80).

Configurado dessa forma, o signo não une um objeto a um nome, mas um significado a um significante. Este é a representação psíquica do som e não o som em si mesmo. A diferença entre o som puramente físico e a imagem acústica foi posteriormente explicitada por Jakobson e a Escola Fonológica de Praga, que denominaram ao primeiro de fone (objeto de estudo da fonética) e à segunda de fonema (objeto de estudo da fonologia).

A relação que se estabelece entre significante e significado é indissolúvel. É ela que garante a unidade estrutural do signo lingüístico. Com afirma Benveniste (1998, p. 56), “são duas faces de uma mesma noção e se compõem junto com o incorporante e o incorporado. O significante é a tradução fônica de um conceito; o significado é a contrapartida mental do significante”.

Com essa concepção de signo, Saussure faz uma crítica à visão nomenclaturista da língua, contrariando a idéia de que as palavras são nomes de coisas e que, portanto, são as próprias coisas o significado das palavras. Isso quer dizer, em outros termos, que não há uma relação direta entre palavras e coisas. Assim, a língua não é uma nomenclatura, uma coleção de nomes, mas “um princípio de classificação” (Saussure, 1969, p. 17).

Ao rejeitar a noção de língua como coleção de nomes, Saussure nega a existência de conceitos pré-existentes aos signos. Segundo ele, tanto o pensamento quanto o meio fônico material são massas amorfas até que haja uma delimitação mútua que produza o signo. A delimitação gera o seu valor que se estabelece em relação aos demais signos do sistema (cf. Saussure, 1969, p. 131). Vejamos de forma mais detalhada como se configura a relação entre os componentes do signo e sua noção de valor, nos itens que seguem.

2.1. Significado e significante

Ao conceber o signo como uma relação diádica entre significante e significado, e não como a relação entre palavras e coisas, Saussure exclui o objeto do domínio lingüístico e passa a ocupar-se apenas desses dois elementos e da relação que se estabelece entre eles, fazendo com que a língua adquira especificidade própria. Desse modo, restringe a significação ao domínio da língua e da sua estrutura.

Dois aspectos fundamentais devem ser considerados na concepção de signo formulada por Saussure: a relação entre significante e significado e a noção de valor.

É importante lembrar que Saussure preferiu o termo signo a símbolo, por ser o signo inteiramente arbitrário, realizando dessa forma o ideal do procedimento semiológico.

Qual é, então, a relação existente entre o significante e o significado? “O signo lingüístico é arbitrário, isto é, não há nenhuma relação necessária entre significante e significado”. Isso quer dizer que “o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural com a realidade” (Saussure, 1969, p. 80).

Dessa forma, como exemplifica Saussure, a idéia de “mar” não está ligada por relação alguma interior à seqüência de sons *m-a-r* que lhe serve de significante, podendo ser representada por qualquer outra seqüência. É isso que justifica “as diferenças entre as

línguas e a própria existência de línguas diferentes: o significado da palavra francesa *boeuf* ('boi') tem *b-ö-f* de um lado da fronteira franco-germânica e *o-k-s* (ochs) do outro” (Saussure, 1969, p. 81-82).

A noção de arbitrário não deve dar a idéia de que o significante dependa da livre escolha de quem fala, já que “não está ao alcance do indivíduo trocar algum signo, uma vez que ele esteja estabelecido num grupo lingüístico” (Saussure, 1969, p. 83). Isso quer dizer, em outras palavras, que o falante não pode mudar aquilo que seu grupo já consagrou, pois, uma vez convencionalizado, o signo passa a ser imposto.

Tanto o princípio da arbitrariedade como a própria noção de signo – uma unidade bifacial - tem sido alvo de crítica por parte de alguns estudos da linguagem. Concebendo o signo como entidade de dupla face, o mestre de Genebra deixa de incluir um terceiro elemento - a coisa (o objeto) significada. Nesse sentido, para Benveniste, a teoria de Saussure apresenta uma contradição, pois:

Quando fala da diferença de *b-ö-f* e *o-k-s*, refere-se contra a vontade ao fato de que esses dois termos se aplicam à mesma *realidade*. Eis aí, pois a coisa, a princípio expressamente excluída da definição do signo, e que nela se introduz por um desvio e aí instala para sempre a contradição (BENVENISTE, 1988, p. 54).

Utilizando-se das próprias afirmações de Saussure, “a língua é forma e não substância”, “a lingüística é ciência das formas exclusivamente”, Benveniste salienta ser imperiosa a necessidade de deixar a substância fora da compreensão do signo, pois é somente quando “se pensa no animal 'boi' na sua particularidade concreta e 'substancial' que se tem base para julgar 'arbitrária' a relação entre *boi* de um lado, *oks* do outro com uma mesma realidade” (BENVENISTE, 1988, p. 54-55).

Quanto ao laço que une significado e significante, ele é, para Benveniste, necessário, e não arbitrário, pois “o conceito ('significado') 'boi' é precisamente idêntico na minha consciência ao conjunto fônico ('significante') *boi* que juntos foram impressos no meu espírito; juntos evocam-se mutuamente em qualquer circunstância” (BENVENISTE, 1988, p. 55). O arbitrário, para o autor, só existe na relação com o fenômeno ou o objeto material não intervindo na constituição do signo, já que há perfeita simbiose entre um significado e um significante, pois o espírito não comporta formas vazias, não nomeadas.

2.2. Signo e valor

A noção de signo, em Saussure, se encontra intimamente associada à noção de valor que, por sua vez, se encontra relacionada à noção de forma. Que entende, então, Saussure

por “forma”? A língua, para ele, constitui um *sistema de valores* em que entram em jogo no seu funcionamento dois elementos: as idéias e os sons. Isso significa que a língua não existe na substância fônica, tampouco existe unicamente nas idéias, nos conceitos. Ao compará-la a uma folha de papel, sustenta que “o pensamento é o anverso e o som o verso” (Saussure, 1969, p. 131), sendo impossível cortar um sem o outro. Do mesmo modo seria inviável separar o som do pensamento e vice-versa.

O papel característico da língua frente ao pensamento, “não é criar um meio fônico material para a expressão das idéias, mas servir de intermediário entre o pensamento e o som” (Saussure, 1969, p. 131). Dessa combinação entre os elementos das duas ordens resulta uma forma e não uma substância. Articulando o plano fônico com o plano psíquico, a língua estabelece uma relação entre os dois planos, e toda relação constitui uma forma e não uma substância.

Sendo a língua “um sistema em que todos os termos são solidários e o valor de um resulta tão somente da presença de outros” (Saussure, 1969, p. 133), a teia de relações que se estabelece entre os elementos do sistema é que constitui a forma, enquanto os elementos da rede constituem a substância. Na metáfora do jogo de xadrez apresentada por Saussure, as regras do jogo (teia de relações entre as peças) estão para a forma, assim como as peças do jogo estão para a substância. Desse modo, a língua não é um sistema de signos justapostos, mas uma rede de signos que se relacionam e significam. O que importa não é o material de que as peças são feitas, e sim o valor de cada unidade, isto é, sua diferença em relação às demais.

A noção de “valor” não se confunde com a de “significação”, mas mantém com ela uma relação de interdependência. O valor dos termos lingüísticos é condicionado por dois fatores: a dessemelhança e a semelhança. Isso significa que uma palavra pode ser trocada por algo dessemelhante: uma idéia (este ou aquele conceito que tem esta ou aquela significação) e pode ser comparada com os valores semelhantes, com as palavras que lhes podem opor: “O valor de qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia; nem sequer da palavra que significa 'sol' se pode fixar imediatamente o valor sem levar em conta o que lhe existe em redor; línguas há em que é impossível dizer 'sentar-se ao sol' (Saussure, 1969, p. 135). Em outros termos, o valor é definido a partir de uma situação recíproca em relação a outros elementos da língua ou do equilíbrio de termos complexos que se condicionam mutuamente.

Na língua, para Saussure, “só existem diferenças”. Nesse sentido, tanto a parte conceitual quanto a sua parte material são constituídas unicamente por relações de diferenças. “O que importa na palavra não é o som em si, mas as diferenças fônicas que permitem distinguir essa palavra de todas as outras, pois são elas que levam a significação” (Saussure, 1969, p. 136-137).

A significação refere-se ao signo lingüístico internamente, no seu componente conceitual. O valor resulta sempre e necessariamente de uma relação no interior do sistema:

O português *carneiro* ou o francês *mouton* podem ter a mesma significação que o inglês *sheep*, mas não o mesmo valor, isso por várias razões, em particular porque, ao falar de uma porção de carne preparada e servida à mesa, o inglês diz *mutton* e não *sheep*. A diferença de valor entre *sheep*, *mutton* ou *carneiro* se deve a que o primeiro tem ao seu lado um segundo termo, o que não ocorre com a palavra francesa ou portuguesa. No interior de uma mesma língua, todas as palavras que exprimem idéias vizinhas se limitam reciprocamente: sinônimos como *recear*, *temer*, *ter medo* só têm valor próprio pela oposição; se *recear* não existisse, todo o seu conteúdo iria para os seus concorrentes (Saussure, 1969, p. 134).

Os elementos lingüísticos, como podemos observar, só adquirem valor enquanto se opõem uns aos outros, isto é, enquanto se diferenciam dos demais e não em relação às suas próprias características individuais. Seria, portanto, “uma grande ilusão considerar um termo simplesmente como a união de certo som com um certo conceito. Defini-lo assim seria isolá-lo do sistema do qual faz parte, seria acreditar que é possível começar pelos termos e construir o sistema fazendo a soma deles, quando, pelo contrário, cumpre, a partir da totalidade solidária para obter, por análise os exemplos que encerra.” (Saussure, 1969, p. 132).

O sentido de um signo comporta, desse modo, uma significação e um valor. Enquanto a significação se refere ao signo tomado em si próprio, isolado dos demais; o valor resulta da relação estabelecida entre ele e os demais signos do sistema.

Essa concepção, que restaura a verdadeira natureza do signo no interior do sistema lingüístico e que “tem a vantagem de por a relação entre a língua e a realidade, no exterior das preocupações lingüísticas” (KRISTEVA, 1969, p. 29), está exposta à crítica, na medida em que, como dissemos anteriormente, exclui o objeto, limitando-se exclusivamente às relações entre expressão e conteúdo no interior da própria língua. Ao separar, por outro lado, a língua da fala, ou seja, o que é objetivo do que é subjetivo, Saussure exclui também o sujeito. Nesse sentido, são importantes as palavras de Kristeva:

A teoria assenta a redução na rede fônica complexa que é o discurso a uma cadeia linear, na qual se isola um elemento mínimo correspondente à palavra. Ora torna-se difícil admitir que a unidade mínima da língua seja a palavra. Com efeito, a palavra só ganha a sua significação completa numa frase, isto é, por uma relação sintática... Por fim, a significação dessa palavra não fica completa se não a estudamos num discurso tendo em conta a enunciação do sujeito falante (KRISTEVA, 1969, p. 27).

A seguir, buscaremos nas reflexões de Peirce considerações a respeito dos elementos que foram excluídos por Saussure.

3. O SIGNO: UMA PERSPECTIVA FILOSÓFICA

Charles Sanders Peirce, filósofo norte-americano, considerado o fundador da Semiótica moderna e um dos primeiros teóricos a postular a Pragmática, construiu um dos modelos mais elaborados e mais importantes de explicação dos sinais e seu significado (cf. Malinowski e Crookshank (in Ogden e Richards, 1976, p. 279) e Vogt (1989, p. 31).

O filósofo construiu a teoria dos signos para nela fazer assentar a lógica. Afirma, em “A divisão dos signos”, que a lógica em seu sentido geral é apenas uma outra denominação da semiótica – “a quase-necessária, ou formal doutrina dos signos”(Peirce, 1995, p. 45), tendo como base a observação abstrata e cujo processo se assemelha muito ao raciocínio matemático.

Baseando-se em uma concepção de signo que se correlaciona com três níveis de organização da experiência humana: o do signo ou “representamem”, o do seu objeto e do interpretante, Peirce (1995, p. 46) divide a Semiótica em três ramos: o primeiro, o da *gramática especulativa*, conforme a denominação de Duns Scotus ou da *gramática pura* que tem como tarefa determinar o que deve ser verdadeiro quanto ao “representamem” utilizado por toda a inteligência científica, para que possa incorporar um significado. O segundo, o da *lógica propriamente dita*, isto é, “a ciência formal das condições de verdade das representações. O terceiro, o da retórica pura, cujo objetivo “é determinar as leis pelas quais, em toda a inteligência científica, um signo dá origem a outro signo e, especialmente, um pensamento acarreta outro”.

3.1. O signo e seus correlatos

Partindo de uma visão ampla de signo, que abrange tanto signos verbais quanto não-verbais, Peirce o define, como expresso anteriormente, como sendo constituído por três elementos:

Um signo, ou *representamem*, é algo que, sob certo aspecto ou de algum modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou talvez um signo melhor desenvolvido. Ao signo assim criado denomino *interpretante* do primeiro. O signo representa alguma coisa, seu *objeto* (PEIRCE, 1995, p. 46).

O signo se apresenta, dessa forma, como uma estrutura triádica em cuja base do triângulo se encontra o signo colocado em relação com o objeto que representa, tendo no vértice o seu interpretante. O signo propriamente dito ou o *representamen* é aquilo que representa algo; o interpretante ou imagem mental é o signo criado na mente de alguém (intérprete), pelo *representamen* e o objeto é aquilo que é representado pelo signo, “não em todos os seus aspectos”, mas com referência a um tipo de idéia que Peirce denomina de *fundamento* do signo. O termo “idéia” é tomado no sentido platônico² do termo. O signo, assim entendido, não representa a totalidade do objeto, mas por um processo de abstração, um certo ponto de vista em relação ao objeto que representa.

Tanto o *representameN* quanto o interpretante são categorias mentais. Mas ao mesmo tempo em que Peirce parece restringir a sua concepção a uma visão mentalista, como Saussure, abre para a exterioridade: de um lado, a relação do signo com o objeto, ou seja, com aquilo que o signo significa (referência) e, de outro, a relação do signo com o sujeito de linguagem: aquele para quem o signo significa.

O signo possui um caráter de representação que só ocorre em função do pensamento, e o objeto constitui a condição fundamental para a sua existência: “para que algo possa ser um signo esse algo deve 'representar' alguma outra coisa chamada seu *Objeto*” (Peirce, 1995, p. 47). O objeto pode ser de natureza diversa, simples ou complexa, é considerado normalmente a partir de um de seus aspectos:

A palavra signo será usada para denotar um objeto perceptível, ou apenas imaginável, ou mesmo inimaginável num certo sentido – pois a palavra 'estrela' que é um signo, não é imaginável, dado que não é *esta palavra em si mesma* que pode ser transposta para o papel ou pronunciada, mas *apenas um de seus aspectos*, e uma vez que é a mesma palavra quando escrita ou pronunciada, sendo no entanto uma palavra quando significa 'astro com luz própria' e outra totalmente distinta quando significa 'artista celebre' e uma terceira quando se refere a 'sorte' (Peirce, 1995, p. 46-47).

Esta forma de entender o signo como “algo que representa” o objeto ou a ele se refere, não em sua totalidade, porém apenas em certo aspecto, faz com que Peirce estabeleça distinção entre o Objeto Imediato e o Objeto Dinâmico. O primeiro constitui o objeto tal como o signo o representa ou é representado por ele. O segundo é o objeto

² As idéias, na concepção de Platão, são representações ou conceitos personalizados, transferidos da ordem lógica à ontológica. Transcendem, portanto, a experiência, sendo universais e imutáveis. Constituem, em outras palavras, modelos abstratos a partir dos quais os fenômenos são formados. Nesse sentido, por exemplo, nem todas as “mesas” são iguais, mas há algo em cada uma que permite reconhecê-la como uma “mesa” e distingui-la de outras formas ou objetos.

real, isto é, o objeto em si próprio. A distinção entre esses dois tipos de objetos pode ser facilmente compreendida por meio da elucidação de Santaella:

Quando pronunciamos uma frase, nossas palavras falam de alguma coisa, se referem a algo, se aplicam a uma determinada atuação ou estado de coisas. Elas têm um contexto. Esse algo a que elas se reportam é o seu objeto dinâmico. A frase é o signo e aquilo sobre o que ela fala é o objeto dinâmico. Quando olhamos para uma fotografia, lá se apresenta uma imagem. Essa imagem é o signo e o objeto dinâmico é aquilo que a foto capturou no ato da tomada a que a imagem na foto corresponde. Quando ouvimos uma música, o objeto dinâmico é tudo aquilo que as seqüências de sons são capazes de sugerir para a nossa escuta. Ora, quaisquer que sejam os casos, uma frase, uma foto, ou uma música, ou seja lá o que for, os signos só podem se reportar a algo porque, de alguma maneira, esse algo que eles denotam está representado dentro do próprio signo. O modo como o signo representa, indica, se assemelha, sugere, evoca aquilo a que se refere, é o objeto imediato (SANTAELLA, 2002, p. 15)

O signo pode representar um ou mais objetos. Assim, a frase sugerida por Peirce: “Caim matou Abel”, que é um signo, refere-se no mínimo tanto a Abel quanto a Caim, mesmo que não se considere, como se deveria fazer, que tem em “um assassinato” um terceiro objeto. Nesse caso, o conjunto de objetos pode ser considerado como constituinte de um objeto complexo.

Um signo só pode ser explicado por meio de outro signo. Dessa forma, o signo juntamente com a sua explicação constroem outro signo que, por sua vez, dá a origem a outro signo e assim sucessivamente, *ad infinitum*. A idéia da regressão infinita aparece em muitas passagens da obra peirceana. Na opinião de Eco (1997, p. 59), “a imagem fascinante de signo que gera outros signos vai demasiado longe, impedindo Peirce de compreender que o signo final de que fala não é realmente um signo, mas um campo semântico total, como a estrutura que conecta os signos entre si”. Essa idéia de regressão permite dizer que um signo assim concebido é um signo de outro signo.

Quanto ao interpretante, ele se encontra em relação direta tanto com o signo (ou *representamen*) como com o objeto, estabelecendo com eles verdadeira simbiose. Ao mesmo tempo em que o signo “determina”, ou “cria” o interpretante, é determinado pelo objeto por meio de um interpretante.

Um Signo é um cognoscível que, por um lado, é determinado por algo que não é ele mesmo, denominado seu objeto, enquanto por outro lado determina alguma *mente concreta ou potencial*, determinação essa que denomino de interpretante criado pelo signo, de tal forma que essa *Mente Interpretante* é assim determinada mediatamente pelo objeto (Peirce, 1995: 160, grifos nossos).

As afirmações de Peirce descartam, portanto, a possibilidade de confundir interpretante com o intérprete. A confusão que, à primeira vista, poderia ser gerada desfaz-se em passagens como: “O Signo cria algo na Mente do *Intérprete*, algo que, pelo fato de ser assim criado pelo Signo, também foi de um modo mediato e relativo, criado pelo Objeto do Signo, embora o *Objeto* seja essencialmente outro que não o Signo. E esta criação do Signo é chamada de *Interpretante*” (PEIRCE, 1995, p. 161, grifos nossos).

A noção de interpretante é definida pela relação que o signo mantém com o objeto, e não em relação ao intérprete. A partir dessa relação produz-se na mente interpretadora um outro signo que produz o significado do primeiro (que é o interpretante do primeiro). Por exemplo, um signo qualquer, como “cavalo”, constitui um interpretante do signo “cavalo”, estabelecido em cada subjetividade. Dessa forma, o significado de um signo é sempre outro signo. É importante ressaltar, no entanto, que:

Peirce não fala em significado do signo. Contudo, certas inferências podem ser feitas a esse respeito. O interpretante é o significado do signo, ao mesmo tempo que se constitui em outro signo, o que redundava na já famosa afirmação peirceana de que o significado de um signo é um outro signo. Nessa medida, o processo de significação é sempre continuidade e crescimento. Para significar, um signo tem de se desenvolver em outro signo (Santaella, 2000, p. 65).

Como já observamos anteriormente, Peirce tem uma concepção abrangente de signo de tal forma que a noção de interpretante acompanha essa abrangência. Em um texto datado de 1904, uma carta dirigida a Lady Welby, em que o filósofo tenta explicar-lhe o que pensa a respeito dos signos e sua classificação, encontramos algumas considerações que nos ajudam a entender essa concepção:

Podemos tomar o signo em sentido tão amplo que seu interpretante não seja um *pensamento*, mas uma ação ou uma *experiência* e podemos chegar a ampliar o significado de signo de tal modo a seu interpretante ser uma *mera qualidade de pensamento* (PEIRCE, 1972, p. 142).

O interpretante consiste na “significação”, ou na “interpretação de um signo”. Para Peirce, há três tipos de interpretante: o *interpretante imediato*, tal como é revelada pela compreensão adequada do signo e que normalmente é chamado de significado do signo; o *interpretante dinâmico*, que é o efeito concreto que o signo enquanto signo determina, e o *interpretante final*, que se refere à maneira pela qual o signo tende a apresentar-se como estando relacionado a um objeto. Corresponde a “aquilo que finalmente se decidiria ser a interpretação verdadeira”, caso “se considerasse o assunto de um modo tão profundo que se pudesse chegar a uma opinião definitiva” (PEIRCE, 1995, p. 164).

Sobre essa distinção, parece bastante esclarecedora a explicação fornecida por Santaella (2002, p. 24-26): o interpretante imediato consiste no “potencial interpretativo do signo”, o interpretante dinâmico se refere ao “efeito que o signo produz em um intérprete” e o interpretante final diz respeito “ao resultado interpretativo a que todo intérprete estaria destinado a chegar se os interpretantes dinâmicos do signo fossem levados até o seu limite último”.

3.2. A relação do signo com o objeto

Embora Peirce classifique os signos em três tricotomias, considerando o signo em si mesmo, o interpretante e o objeto, a divisão mais importante, na sua opinião, se faz entre *ícone*, *índice* e *símbolo*. Essa divisão leva em consideração a relação do signo com seu objeto.

O ícone constitui uma “idéia do seu objeto e, em termos estritos, só pode ser uma idéia, pois deve produzir uma idéia interpretante, e um objeto externo excita uma idéia através de uma reação com o cérebro” (PEIRCE, 1995, p. 64). Ele é, dessa forma, uma espécie de “substituto”, um representante da coisa com a qual se assemelha. Possui “o caráter que o torna significante mesmo que o seu objeto não existisse”. Ele não possui “conexão dinâmica alguma com o objeto que representa: simplesmente acontece que suas qualidades se assemelham ao seu objeto e excitam sensações análogas na mente para a qual é uma semelhança” (PEIRCE, 1995, p. 73).

Há diferentes tipos de ícones, tais como fotografias que, sob certos aspectos são exatamente como os objetos, desenhos, peças de arte e decoração, construções arquitetônicas, ícones algébricos, ideográficos etc.

O índice se configura como um signo ou representação que “se refere a um objeto não tanto em virtude de uma similaridade ou analogia qualquer com ele, nem pelo fato de estar associado a caracteres gerais que esse objeto acontece, mas por estar numa mesma conexão dinâmica (espacial inclusive) tanto com o objeto individual, por um lado, quanto por outro lado, com os sentidos ou a memória da pessoa a quem serve de signo” (PEIRCE, 1995, p. 74).

Ao contrário do ícone, o índice perderia, segundo Peirce, o seu caráter que o torna um signo se o seu objeto fosse removido, mas não perderia se não houvesse interpretante. É o caso, por exemplo, de um molde de um buraco de bala, como signo de um tiro. Sem o tiro não teria havido buraco; no entanto, há nele um buraco quer haja ou não alguém capaz de atribuí-lo a um tiro.

Como exemplos de índices, podemos destacar: um quadrante sobre o relógio (índice de hora), um cata-vento (índice de direção do vento), fumaça (índice de fogo) etc.

Também são índices ou funcionam como índices certos elementos lingüísticos, como pronomes, advérbios, frases proposicionais como *à direita, à esquerda*, etc. De qualquer forma, seja qual for o índice, a sua compreensão está diretamente ligada à experiência humana.

Em relação ao símbolo, ao defini-lo, Peirce parte de uma concepção clássica – signo convencional³ (terminologia Saussureana): “Um símbolo é um representamem cujo caráter representativo consiste exatamente em ser uma regra que determinará seu Interpretante” (PEIRCE, 1995, p. 71).

Nesse sentido, todas as palavras, frases e outros signos convencionais são símbolos. Uma palavra escrita ou falada, por exemplo, não tem existência embora tenha um ser real. Ela só se torna um signo, na visão de Peirce, pelo fato de que constitui um “hábito”, uma “lei” adquirida, que faz com que suas réplicas possam ser interpretadas. Assim, as palavras e seus significados são resultado de convenções. Elas se constituem em signos simplesmente ou principalmente pelo fato de serem usadas e compreendidas como tal “quer seja o hábito natural ou convencional e sem levar em conta os motivos que originariamente orientaram sua seleção” (PEIRCE, 1995, p. 76).

Diferente do índice que “está fisicamente conectado com seu objeto: ambos formam um par orgânico”, mas “a mente interpretante nada tem a ver com essa conexão, exceto o fato de registrá-la, depois de estabelecido”, o símbolo “está conectado a seu objeto por força da idéia da mente – que – usa-o-símbolo”, sem a qual a conexão não existiria. Dessa forma, uma palavra como “pássaro”, por exemplo, não identifica a coisa, o objeto, mas permite imaginar a coisa por ela representada. O signo, nesse caso, funciona como elemento mediador entre a linguagem e o pensamento.

A concepção de símbolo em Peirce remete a uma idéia de língua, não como algo abstrato, desvinculado da fala como figura em Saussure, mas como algo dinâmico, que pressupõe movimento, transformação, uso:

Os símbolos crescem. Retiram seu ser do desenvolvimento de outros signos [...]. Assim é apenas a partir de outros símbolos que um novo símbolo pode surgir. Um símbolo, uma vez existindo, espalha-se entre as pessoas. **No uso e na prática, seu significado cresce.** Palavras como 'força', 'lei', 'riqueza', 'casamento' veiculam-nos significados distintos dos veiculados para nossos antepassados bárbaros (Peirce, 1995, p. 73-74, grifo nosso).

³ Ao atribuir uma relação entre significante e significado no processo de constituição de um signo, os membros de uma comunidade lingüística o convencionam. Assim, cada usuário não pode impingir os significantes ou significados que entender no ato da comunicação.

Ao relacionar o significado do signo ao seu uso, à sua prática, Peirce rompe com os princípios puramente lógicos. Transcende, ao mesmo tempo, a concepção puramente lingüística que observamos em Saussure, para quem o signo (significado) só tem existência no interior do próprio sistema lingüístico, desvinculado, portanto, de qualquer elemento que remeta à exterioridade da linguagem.

Acerca da divisão entre índices e ícones, cabe ainda uma observação: os signos, seja qual for a sua natureza, não se encontram compartimentados e isolados, pois, como demonstra o autor em vários exemplos, eles se apresentam relacionados na prática da linguagem, como ilustraremos a seguir.

3.3. O sentido: uma perspectiva enunciativa?

Embora a teoria de Peirce não aborde de forma específica a questão da enunciação, não exclui de suas análises a presença do sujeito da linguagem, pelo menos como posição no mundo ocupada pelo intérprete. Isso pode ser facilmente observado quando o filósofo discute a concepção de índice na relação direta que este mantém com o objeto, salientando que o significado do índice está essencialmente relacionado ao contexto ao qual se refere. É o que acontece na seguinte passagem:

Suponhamos que dois homens se encontrem numa estrada e que um deles diga ao outro: 'A chaminé daquela casa está acesa'. O outro olha à sua volta e vê uma casa com cortinas verdes e varanda e com uma chaminé da qual sai fumaça. Anda algumas milhas e encontra um segundo viajante. Com simplicidade, diz: 'A chaminé daquela casa está acesa'. 'Que casa?', pergunta o outro. 'Oh, uma casa com cortinas verdes e uma varanda', responde o simplório. 'Onde está a casa?' pergunta o forasteiro.(PEIRCE,1995: 68).

Ao chamar a atenção, com esse e outros exemplos, para o fato de que o intérprete necessita de um índice que ligue a informação ao objeto referido, Peirce sugere que a relação indicial pressupõe um vínculo com o contexto enunciativo, com os sujeitos envolvidos, a fim de que o significado possa ser estabelecido.

Em outra passagem, extraída de “O que é significado?”, de Lady Welby, Peirce faz importantes considerações a respeito do significado, apontando também para a problemática da enunciação:

Uma palavra possui um significado, para nós, na medida em que somos capazes de utilizá-la para comunicar nosso conhecimento a outros e na medida em que somos capazes de apreender o conhecimento que os outros procuram comunicar-nos. Este é o grau mais baixo do significado. O *significado* de uma palavra é, de uma forma mais completa, a soma de todas as predições

condicionadas pelas quais a pessoa que a utiliza *pretende* tornar-se responsável ou pretende negar. Essa *intenção* consciente, ou quase consciente no uso da palavra é seu segundo grau de significado. Mas, além das conseqüências com as quais conscientemente se compromete a pessoa que aceita uma palavra, há um amplo oceano de conseqüências imprevistas que a aceitação da palavra está destinada e não apenas conseqüências de conhecimento, mas, talvez, revoluções na sociedade. Nunca se pode dizer qual o poder que pode haver numa palavra ou numa frase, para mudar a face do mundo: e a soma destas conseqüências perfazem o terceiro grau de significado (Peirce, 1995: 159-160).

Na afirmação, Peirce condiciona o sentido das palavras ao seu uso, nas práticas sócio-comunicativas, destacando o papel dos sujeitos do discurso. O estudioso sugere como podemos inferir, o quadro enunciativo: o locutor (sujeito da enunciação), o interlocutor (para quem o discurso é produzido), a situação e a referência. Estes últimos elementos encontram-se de certa forma implícitos: “Uma palavra possui um significado na medida que *somos capazes de utilizá-la para comunicar nosso conhecimento e na medida que somos capazes de apreender o conhecimento que os outros procuram comunicar-nos*”.

Em outro fragmento do mesmo texto, ao refletir sobre a relação entre o signo e seu objeto, Peirce analisa, entre outros exemplos, a sentença: “Uma pessoa que diz que Napoleão era uma criatura letárgica tem sua mente determinada evidentemente por Napoleão”, chamando a atenção para o fato de que a sua interpretação como a de qualquer outro signo deve ser determinada pelo seu objeto, por meio de uma “observação colateral”, totalmente “independente da ação do signo”. Entram em jogo, dessa forma, na interpretação, o conhecimento a respeito de Napoleão e o conhecimento sobre a palavra “letargia” e seu significado na sentença. Esse conhecimento colateral necessário à compreensão do signo se encontra “fora do interpretante” (PEIRCE, 1995, p. 161).

Colateral significa, para o autor, não a familiaridade com o sistema de signos, e sim uma prévia familiaridade com aquilo que o signo denota (sua referência, seu objeto). Isso significa que o sentido do signo não se encontra nele próprio, mas possui forte vínculo com os sujeitos que vivenciam a linguagem.

Prosseguindo na sua argumentação, Peirce destaca o papel do conhecimento subjetivo na compreensão de um signo. No exemplo proposto: “Hamlet era louco”, o objeto da sentença, segundo ele, é o universo da criação de Shakespeare, na medida em que é determinado pelo fato de “Hamlet” ser uma parte dele. No entanto, para compreender a sentença, são necessárias outras informações. Para saber que às vezes os homens ficam no estado de loucura, deve-se ter visto homens loucos ou deve-se ter lido sobre eles, bem como qual era a noção que Shakespeare tinha da insanidade. Tudo isso, como reafirma o filósofo, é colateral e está fora do interpretante. É por isso que “Signo algum pode ser entendido – ou, pelo menos, nenhuma proposição pode ser entendida a menos que o intérprete tenha um 'conhecimento colateral' de cada um de seus objetos” (PEIRCE, 1995, p. 163).

Com essas considerações, Peirce enfatiza que o sentido está profundamente associado à experiência humana, ao conhecimento que os sujeitos têm sobre o referente. Aponta, portanto, mais uma vez para a relação da linguagem com a sua exterioridade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões feitas ao longo deste trabalho permitem duas considerações. A primeira delas diz respeito ao fato de que o sentido, a significação, constitui como refere Guimarães (1995, p. 7), um “campo de confrontos”. Uma das razões está na multiplicidade de sentidos associados aos próprios termos metalingüísticos: sentido, significação, objeto - que sofrem constantes variações decorrentes dos diferentes pontos de vista epistemológicos em que o objeto é enfocado.

A segunda se refere às perspectivas analisadas. Nesse sentido, algumas constatações podem ser feitas, embora longe de conclusivas, devido à complexidade da discussão proposta. Retomando a perspectiva lingüística, considerada sob a ótica Saussureana, podemos dizer que Saussure, com seu modelo binário de signo, cuja constituição resulta, de um lado, da estrutura do sistema lingüístico e, de outro, das nossas operações mentais presididas por ele, constrói um mundo fechado, homogêneo, no interior do próprio sistema lingüístico, expulsando dessa forma o “real” do domínio dos sentidos da língua. Assim, como comenta Lahud (1979, p. 66), o “sentido Saussureano é o produto de uma combinatória meramente semiótica [...], totalmente alheia à da referência”. É também alheia a dos sujeitos envolvidos na linguagem.

Isso não acontece em relação ao sentido peirceano. Com seu modelo ternário, inspirado na lógica, Peirce contempla um “real” extralingüístico. Esse modelo supõe perfeita simbiose entre os três elementos: o signo, o seu objeto e o seu interpretante. Os três componentes, nesse caso, sustentam o signo. Entretanto, por um viés, ou seja, por meio do “intérprete” ou “daquele que interpreta” o signo, o usuário é introduzido, apontando para uma quarta relação e para uma dupla exterioridade da linguagem.

Podemos, portanto, concluir que a concepção de signo, em Peirce, conduz a uma concepção de sentido que ultrapassa os limites puramente lógicos. Ao associar a compreensão do signo ao mundo da experiência dos sujeitos que interpretam, Peirce garante o lugar da subjetividade na linguagem, expurgada da língua por Saussure. Imaginamos com isso que um estudo que tem como objeto o sentido, a significação, não pode ignorar as contribuições originárias da filosofia da linguagem e, de modo especial, de Peirce, quando se trata de aspectos relacionados à enunciação.

Bibliografia

BENVENISTE, Emile. **Problemas de lingüística geral I**. Campinas, SP: Pontes: UNICAMP, 1988.

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

ECO, Humberto. **O signo**. Lisboa: Editorial Presença Ltda, 1973.

_____. **Semiótica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **Tratado geral de semiótica**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**. Campinas, SP: Pontes, 1995.

KRISTEVA, Julia (1996). **História da linguagem**. Lisboa: Edições 70, 1996.

LAHUD, Michel. **A propósito da noção de dêixis**. São Paulo: Ática, 1979.

MALBERG, Bertil. **As novas tendências da lingüística**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: USP, 1971.

OGDEN C. K; RICHARDS, I. A. **O significado de significado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica e filosofia**. São Paulo: Cultrix, 1972.

_____. **Semiótica**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

PLATÃO 427-347 a.C. **Tecto e Crátilo**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1988.

SANTAELLA, Lúcia. **A teoria geral dos signos: como as linguagens significam as coisas**. São Paulo: Pioneira, 2000.

_____. **A semiótica aplicada**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1969.

VOGT, Carlos. **Linguagem, pragmática e ideologia**. 2. ed. São Paulo: Hacitec, 1989.